



Anais da Assembléia

Nº 102

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 10 DE SETEMBRO DE 1.979.

ANO V

RESOLUÇÃO Nº 167/79.

DATA: 31 de agosto de 1.979.

SÚMULA: Dá nova redação ao Inciso X do Artigo 39, e ao Artigo 55 do Regimento Interno.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução

Art. 1.º - O inciso X, do artigo 39 do Regimento Interno, alterado pela Resolução nº 49/76, de 18 de junho de 1.976, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 39.

X — Segurança Pública."

Art. 2.º - O artigo 55 do Regimento Interno, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 55. À Comissão de Segurança Pública compete opinar sobre assuntos referentes à Polícia Militar do Estado e à Polícia Civil, assim como sobre todos os assuntos que interessem à ordem e segurança pública."

Art. 3.º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 31/08/79.

FABIANO BRAGA CÔRTEZ

PRESIDENTE

RESOLUÇÃO Nº 168/79

DATA: 31 de agosto de 1.979.

SÚMULA: Acrescenta parágrafo com redação que especifica, ao Artigo 77 do Regimento Interno.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1.º - O artigo 77 do Regimento Interno, alterado pela Resolução nº 23/69, de 10 de setembro de 1.969, fica acrescido do seguinte parágrafo:

§ 3.º. O Presidente destinará a Hora do Expediente da primeira sessão ordinária do mês de dezembro à comemoração do "Dia Universal dos Direitos Humanos", cabendo aos Líderes de bancadas indicar os oradores".

Art. 2.º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 31/08/79.

FABIANO BRAGA CÔRTEZ

PRESIDENTE

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 96ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 10 DE SETEMBRO DE 1.979.

SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Tércio Albuquerque, secretariada pelos Senhores Deputados Basílio Zanusso e Domício Scaramella.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aginaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Eze-

quias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escor-sin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpe-lini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Celso, Nilton Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Ber-nardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Traja-no Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presi-dente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

OFÍCIOS:

Sob o nº 136/79, do Senhor Prefeito Municipal e Vereadores do Município de Céu Azul, nos seguintes termos: como era de se esperar, a população do Distrito de Vera Cruz do Oeste recebeu com profunda tristeza a indistigável frustração, a notícia veiculada pela imprensa, que dava conta da iniciativa adotada pela Assembléia Legislativa do Estado, de retirar de pauta o Projeto de Lei nº 54/79, que versa sobre a emancipação daquele distrito, evento que tinham como favoravelmente certo e que vinha ao encontro de antigo sonho e justa aspiração de seu laborioso e ordeiro povo.

Tratando-se de expediente aprovado por unanimidade em primeira discussão levada a efeito por esta colenda Casa de Leis, causou estranheza que sofresse o processo tão brusca e inesperada sustação; daí o inconformismo que gerou.

Em vista da repercussão negativa do fato, a comunidade reclama, com veemência, que o projeto seja reconduzido à discussão, dentro da maior urgência que faz por merecer, para que sua tramitação chegue a bom termo, sem solução de continuidade, premiando todo um povo que luta com denodo, altivez e respeito à legalidade para alcançar sua autonomia e dirigir seu próprio destino. — Ao conhecimento da Casa.

Sob o nº 186/79, do Senhor Luiz Maldonado, nos seguintes termos: após exaustivas reuniões conjuntas entre a Federação Nacional dos Condutores Autônomos de Veículos Rodoviários, através de sua Delegacia Estadual do Paraná e o Sindicato das Empresas de Transportes Rodoviários de Carga do Paraná, além de inúmeros Sindicatos de Motoristas do Paraná, contando ainda com a participação da Delegacia Regional do Trabalho do Paraná, foi elaborada e aprovada a Tabela Oficial de Fretes, homologada pelo Delegado Regional do Trabalho, com vigência em todo o Estado do Paraná, a partir do dia 14.08.79. — Ao conhecimento da Casa.

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, regime de urgência para o Projeto de Lei nº 158/78, que declara de utilidade pública o CLUBE SERRA, de União da Vitória.

Sala das Sessões, em 10 de setembro de 1.979.

(a) DOMÍCIO SCARAMELLA
REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Regimento Interno, REQUE-REM, após ouvido o Plenário, voto de pesar, pelo falecimento de Dona CARMELITA MERCER CARNEIRO, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa, no último dia 6 de setembro de 1.979.

REQUEREM ainda, que dê-se ciência à família da falecida, na Rua Riachuelo nº 726, Ponta Grossa - Pr. — Fone 24-1883.

Sala das Sessões, em 10 de setembro de 1.979.

(aa) JURANDIR MESSIAS e

FABIANO BRAGA CÔRTEZ.

JUSTIFICATIVA:

Dona CARMELITA MERCER CARNEIRO era esposa do extinto e considerado homem público e de tradicional família paranaense, Senhor ARI BORBA CARNEIRO.

Dona CARMELITA, viveu toda sua vida na pequenina, mas acolhedora Cidade de Cândido de Abreu, onde prestou à comunidade os mais altos e elogiáveis, principalmente àqueles menos favorecidos pela sorte. Por isso, e com muita razão que Cândido de Abreu hoje chora o seu desaparecimento.

REQUERIMENTO

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja inserido em ata, um voto de profundo pesar pelo passamento da Senhora LUCILA PINTO BALALLAI, ocorrido no dia 07 de setembro do corrente, em Londrina.

Dona Lucila Pinto Balallai era Presidente do Instituto do Câncer de Londrina, dedicando toda sua vida à causa pública, especialmente em favor dos menos favorecidos.

Perde o Paraná, uma grande e abnegada lutadora do bem estar social.

Requer, ainda, seja dado ciência aos seus familiares e à Direção do Instituto do Câncer de Londrina.

Sala das Sessões, em 10 de setembro de 1.979.

(a) VALDUGA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário desta Casa, que seja consignado em Ata, um voto de pesar pelo falecimento do Senhor Antônio Fortini Filho, ocorrido em Campo Mourão, no dia 31 próximo passado.

Outrossim, solicita que se dê ciência à família, no seguinte endereço:

À Família

ANTÔNIO FORTINI FILHO

Rua Stª Cruz, 702

CAMPO MOURÃO — Pr.

Sala das Sessões, em 10 de setembro de 1.979.

(a) DARCY DEITOS.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário desta Casa, que se consigne em Ata, um voto de pesar, pelo falecimento da Senhora Verônica Boiko, ocorrido no dia 30 do mês próximo passado, em Campo Mourão.

Outrossim, requer que seja comunicada à família, no seguinte endereço:

EXCELENTÍSSIMO SENHOR

VASSÍLIO BOIKO E FILHOS

A/C EXPRESSO NORDESTE LTDA.

CAMPO MOURÃO — Pr.

Sala das Sessões, em 10 de setembro de 1.979.

(a) DARCY DEITOS.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja inserido em ata, um voto de profundo pesar pelo passamento da Senhora Inês Luciano Gusmão, ocorrido ontem.

A extinta era esposa do Vereador Antônio de Gusmão, da Câmara Municipal de Bandeirantes, e pessoa muito querida e relacionada naquele município.

Requer, ainda, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 10 de setembro de 1.979.

(a) VALDUGA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que este subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUEREM a Vossa Excelência, a consignação em Ata dos trabalhos da presente sessão, voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora LUCILA PINTO BALALLAI.

LUCILA PINTO BALALLAI dedicou sua vida à filantropia. Nascida em Salvador, filha do Senador Carlos Pinto e de Honorina Villas Boas Pinto, Lucila residia em Londrina desde 1.950, sempre dedicando-se a obras filantrópicas.

Presidiu o Lar "Anália Franco" e na sua gestão concluiu a construção da sede.

Em 1.965, iniciou a luta contra o câncer, e através de incansáveis promoções construiu o Instituto do Câncer de Londrina, fundado em 13 de novembro de 1.965 com o nome de Centro Norte Paranaense de Pesquisas Médicas.

Em 1.968 foi iniciada a construção da sede própria, passando a denominar-se Instituto do Câncer de Londrina.

Seu exemplo fica. Um exemplo de fé em Deus e nos homens. Seu último pedido: que a comunidade empunhe a bandeira de luta contra o câncer.

Sala das Sessões, em 10 de setembro de 1.979.

(aa) FIORI LUIZ e

JOSÉ TAVARES.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a consignação em Ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de pesar pelo passamento do jovem Antônio Rüppel Bittencourt, ocorrido nesta Capital, vítima de lamentável acidente automobilístico.

Requer, outrossim, após aprovação do presente, dê-se ciência à família enlutada, na pessoa de seu genitor Loizel Rüppel Bittencourt.

Sala das Sessões, em 10 de setembro de 1.979.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, de acordo com o Regimento Interno, e depois de ouvido o Plenário, vem mui respeitosamente REQUERER, seja consignado em ata, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. PEDRO RAMOS, ocorrido em Toledo, em data de 06 do corrente.

Tratava-se de pessoa altamente estimada e relacionada na sociedade local, merecedora de todo o conceito, deixando uma lacuna irreparável na comunidade.

REQUER, outrossim, que seja levado ao conhecimento

da família enlutada este voto de pesar, no seguinte endereço:
Prefeitura Municipal de Toledo - Pr.

Sala das Sessões, em 10 de setembro de 1.979.

(a) EGON PUDELL.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de pesar pelo falecimento da Senhora BELLA CHAMECKI, ocorrido dia 3 próximo passado, nesta Capital.

A extinta era pessoa por demais relacionada no seio da sociedade curitibana, onde soube grangear a simpatia daqueles que a conheceram.

Requer, outrossim, que se dê ciência do presente, à família enlutada, na pessoa de seu filho Dr. José Chamecki, Chefe de Gabinete da Secretaria de Recursos Humanos.

Sala das Sessões, em 10 de setembro de 1.979.

(a) LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expedientes contendo votos de congratulações pelo 11.º aniversário de fundação do GRUPO INDEPENDÊNCIA DE ALCOÓLICOS ANÔNIMOS — "A.A." e aos demais Grupos Alcoólicos Anônimos da Capital e do Interior, pelo 11.º aniversário de implantação deste movimento, em todo o Estado do Paraná, que tem trazido de volta ao seio de suas famílias e à própria sociedade, várias centenas de alcoólatras, que eram considerados marginalizados e irreversíveis.

Sala das Sessões, em 10 de setembro de 1.979.

(a) LÁZARO DUMONT.

JUSTIFICATIVA:

O objetivo desta nossa sincera, mas pequena homenagem, pequena porque ALCOÓLICOS ANÔNIMOS, é uma irmandade de homens e mulheres que compartilham suas experiências, forças e esperanças, a fim de resolver seu problema comum e ajudar outros a se recuperarem do alcoolismo.

Tivemos já por várias vezes, a oportunidade de participar como convidados, de suas reuniões públicas e compartilhar de suas experiências através dos depoimentos verídicos e sinceros de vários de seus membros, que tiveram a hombridade de relatarem os mais estranhos fatos acontecidos em suas vidas, durante seus períodos de bebedeiras.

O mais importante, é que para o "A.A.", não interessa o que aconteceu ontem, ou o que irá acontecer no dia de amanhã, mas sim, o que poderá acontecer no dia de hoje, porque ele vive este dia; ele para vencer este dia, procura se apoiar apenas em um Poder Superior, colocando-o acima de tudo, e é hoje, porque o ontem já foi, e o amanhã está por vir.

Solicitamos ainda, o registro nos Anais desta Casa, o contido no folheto em anexo, que traduz o verdadeiro lema de Alcoólicos Anônimos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de congratulação, pela passagem do 14.º aniversário do Jornal "TRIBUNA PLATINENSE", ocorrido em 30 de agosto do corrente ano.

Tal evento é deveras marcante para a região do Norte Pioneiro. O trabalho que vem sendo desenvolvido por aquele importante jornal, em prol da cultura e do progresso da re-

gião; a afeição pela melhor informação, e pela verdade; a condição de lúdimo porta-voz das mais justas aspirações da comunidade platinese, bem como, de toda região do norte pioneiro; a intrépida defesa da cultura e outras qualidades que o tempo não permite descrevê-las, são as responsáveis pelo presente requerimento, e para que esse jornal seja um móvel indispensável para o desenvolvimento sócio-político de nosso Estado.

Requer, outrossim, que do pronunciamento desta Casa, dê-se ciência à direção desse jornal.

Sala das Sessões, em 10 de setembro de 1.979.

(a) PALÁCIOS.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, seja encaminhado apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador NEY BRAGA, para que interfira junto às autoridades federais, no sentido de incluir, na relação das localidades cujos postos de gasolina abrirão aos domingos, os Municípios de Paranaguá, Matinhos, Guaratuba e Antonina.

Prende-se esta solicitação ao fato de que, nos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, inúmeros municípios foram aquinhoados com aquela medida, dando condições ao fluxo de turistas e prejudicando sensivelmente as nossas praias, com a decisão discriminatória do Governo Federal.

É de se considerar, por outro lado, que o Turismo em nosso litoral, que constitui a principal fonte de renda de seus habitantes, já se afigura um tanto precário, com o fechamento dos postos aos sábados e domingos. Com a recente medida, beneficiando o litoral catarinense e riograndense, vai haver, fatalmente, um êxodo total de turistas em nosso litoral, agravando, ainda mais, a combalida arrecadação naqueles municípios e gerando grande crise econômica aos dependentes de recursos oriundos daquela importante fonte.

Objetivando reparar esta lastimável injustiça cometida contra nossas estâncias do litoral, o subscritor do presente, espera o apoio dos nobres Pares para o encaminhamento, com urgência, deste apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador.

Sala das Sessões, em 10 de setembro de 1.979.

(a) DOMÍCIO SCARAMELLA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja enviado expediente desta Casa, formulando apelo no sentido de que seja instalada uma representação do INAMPS no progressista Município de Manguaerinha, no Sudoeste paranaense para o atendimento dos segurados da área rural e urbana daquele município.

Requer-se, outrossim, que da decisão desta Assembléia, dê-se conhecimento aos Senhores Superintendentes daqueles Órgãos no Paraná, bem como à Câmara Municipal de Manguaerinha.

Sala das Sessões, em 10 de setembro de 1.979.

(a) LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA.

JUSTIFICATIVA:

O Município de Manguaerinha vem se destacando entre os municípios paranaenses pela fertilidade de seus solos e pelo trabalho de sua gente. Seu território é constituído de terras férteis, e na sua grande maioria, mecanizável e o restante dividido em pequenas propriedades onde centenas de agricultores dedicam-se ao plantio de feijão, milho e outras pequenas culturas.

Grande é a sua população rural, como também é de se destacar o grande número de trabalhadores urbanos, especial-

mente nas indústrias madeireiras.

Esses trabalhadores, do campo e da cidade, entretanto, enfrentam enorme dificuldade para receber uma efetiva assistência previdenciária pela falta de uma agência ou representação do INAMPS, pois para recorrerem a um benefício precisam deslocar-se até a Cidade de Pato Branco, onde muitas vezes não recebem o tratamento melhor pelo acúmulo de serviços das instalações do INAMPS naquele município.

Assim sendo, torna-se imperiosa a instalação do INAMPS em Manguaerinha, representação essa que, tenho conhecimento, já se encontra criada, dependendo apenas de sua ativação através da designação de um representante local. Com isso, levar-se-á a assistência previdenciária até os habitantes de Manguaerinha, contribuindo para que sua população usufrua dos direitos e benefícios previdenciários, o que é meta fundamental dos órgãos previdenciários do País.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Ney Braga, solicitando sua intervenção junto às autoridades competentes, visando tornar sem efeito a ordem de paralização das atividades do porto fluvial existente no Rio Paraná, Município de Altônia, durante o período noturno, ou seja das 18,00 às 6,00 horas.

O Porto Biyngton (ou das Flores) é hoje canal de escoamento de grande parte da produção Sul-matogrossense, que com sua inauguração, passou a ser comercializada em nosso Estado, e, proporcionando condições a que o comércio do Paraná, passasse a suprir de mercadorias beneficiadas ou industrializadas àquela região, fomentando, portanto, nosso comércio e indústria, entrelaçando ainda mais os Estados do Paraná e Mato Grosso do Sul.

Além desse aspecto, é necessário ressaltar a situação em que se encontram os moradores da Ilha Grande, (cerca de três mil pessoas), que estão sujeitos a um verdadeiro "toque de recolher", não podendo ausentar-se da Ilha, depois das 18,00 horas.

Sala das Sessões, em 10 de setembro de 1.979.

(a) ANTÔNIO FACCI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER a Vossa Excelência, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Oscar Alves, Presidente da FIDES — Fundação Integração e Desenvolvimento de Entidades Sociais, solicitando a doação de um veículo para o transporte dos alunos da Escola Santa Rita de Londrina, da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais.

Sala das Sessões, em 10 de setembro de 1.979.

(a) FIORI LUIZ.

JUSTIFICATIVA:

A Escola Santa Rita da "APAE" de Londrina, que funciona na Rua Rui Barbosa 201, Jardim Shangri-lá - Zona A, atende excepcionais deficientes mentais, de classificação pedagógica treinável e severa, de ambos os sexos e de idade variável entre 4 a 14 anos.

O nível sócio-econômico cultural é baixo, pois os alunos são oriundos de vilas e favelas da periferia. Segundo dados estatísticos, três por cento da população são excepcionais. São doze mil crianças de diversos Q.I. de excepcionalidade: oitenta e nove por cento educáveis: três por cento treináveis e um e meio por cento profundos.

A Escola Santa Rita está dividida em: Pré-Escolar, Esco-

lar e Profissional, funcionando de segunda a sexta das 7,30 às 17,30 horas. A Escola tem capacidade para atender oitenta alunos e o não preenchimento das vagas deve-se principalmente à falta de condução, já que os alunos não suportam os gastos com passagens de ônibus.

Diante do exposto, solicitamos ao Presidente da FIDES, órgão ligado à Secretaria de Saúde e Bem-Estar Social, o empenho no sentido de doar uma condução, de preferência uma Kombi.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer o envio de ofício, após ouvido o Plenário, ao Senhor Comandante da Polícia Militar do Estado do Paraná, solicitando o retorno do patrulhamento nos cinemas de nossa Capital, e que tal tipo de serviço seja efetuado, de preferência, pela Polícia Feminina.

Sala das Sessões, em 10 de setembro de 1.979.

(a) MÁRIO CELSO.

JUSTIFICATIVA:

Há muitos anos, os elementos da extinta guarda-civil faziam o patrulhamento nos cinemas de nossa Capital. Mais tarde este serviço passou a ser executado por elementos da Polícia Militar. Devido ao respeito que os policiais impunham, os problemas foram diminuindo e paralelamente este tipo de trabalho começou a ser esquecido. Atendendo requerimento de minha autoria, quando Vereador da Câmara Municipal de Curitiba, em data de 13 de junho de 1.977, o Coronel Cezar Tasso Saldanha Lemos fez retornar o patrulhamento aos cinemas, evitando problemas junto às casas de espetáculos. Agora em 1.979, não mais aparecem nos cinemas para exercer a segurança e proteção necessárias ao público. Recentemente alguns de nossos cinemas foram saqueados (bombonières), por elementos que, após a última sessão, dormiram dentro do cinema. Caso a polícia tivesse feito a tradicional "revista" antes do fechamento da casa, talvez o fato não tivesse sido consumado. É interessante a presença de nossas PMs femininas nesse tipo de patrulhamento, pois além do normal respeito que conseguem através de suas atitudes, fazem também uma espécie de "relações públicas" para a nossa segurança.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER a Vossa Excelência, a transcrição nos Anais da Casa, do artigo inserido nas páginas do Jornal Gazeta do Povo, de domingo, com o título "OS CINCOENTA ANOS DE SUCESSO DO BANCO DO ESTADO DO PARANÁ", de autoria do Jornalista J. Garcia Redondo.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, dê-se ciência à Presidência e aos Diretores daquele estabelecimento de crédito.

Sala das Sessões, em 10 de setembro de 1.979.

(a) JOSÉ DOMINGOS.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer seja transcrita na Ata dos Trabalhos Legislativos do dia de hoje, a Mensagem da Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais, a respeito do DIA DA IMPRENSA, que é comemorado na data de hoje.

Sala das Sessões, em 10 de setembro de 1.979.

(a) MÁRIO CELSO.

JUSTIFICATIVA:

Os Meios de Comunicação Social exercem grande influên-

cia em todos, gerando fatores de comunhão e integração dos países, assim como de expansão e democratização da cultura, ao lado do lazer. Em poucas palavras está definida a força do que chamamos com muita justiça de o QUARTO PODER: a IMPRENSA.

Eis a Mensagem da Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais: "A Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais, neste "Dia da Imprensa", reafirma sua posição que somente uma imprensa livre poderá desempenhar o papel que dela se espera, auxiliando o País a atingir a plenitude democrática. Agora, sem a vigência do AI-5, sem a censura prévia, é sensível a elevação dos debates a níveis de abrangência e profundidade há muito desejados. E que serão ainda melhores, a cada dia, com a consolidação dos procedimentos democráticos. Persiste, entretanto, a Lei de Segurança Nacional, permanentemente ameaçando a imprensa e os jornalistas profissionais, com dispositivos conflitantes com o espírito da abertura política que se implanta no País. A Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais espera, confiante, que, num futuro muito próximo, esta data possa ser um dia realmente festivo, sem quaisquer restrições ao cumprimento de nosso dever profissional. Assim, a festa não será apenas dos jornalistas e da imprensa, mas de toda a Nação brasileira, que, enriquecida pelo amplo debate democrático de todos os temas de interesse público, caminhará seguro rumo à conciliação nacional e à maioridade política".

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 127/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica criado o Município de Três Barras, com território desmembrado do Município de Catanduvas, com sede na localidade do mesmo nome e seguintes divisas:

— "Ao Norte, com a divisa da gleba Andrada com a Colônia Adelaide; ao Sul, com o Rio Iguaçu; à Leste, com o rio Guarani; e a Oeste, com o Rio Tormenta."

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10 de setembro de 1979.

(a) FUAD NACLI.

JUSTIFICATIVA:

O atual Distrito de Três Barras, vem apresentando um desenvolvimento dos mais destacados dentro do nosso Estado, comportando a sua elevação para a categoria de município. Tanto a agricultura, a pecuária e o comércio, ali têm prosperado e desenvolvido aquela região, motivo pelo qual estamos apresentando esta proposição, atendendo aos anseios da sua laboriosa população, e temos a certeza que contaremos com o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

Em anexo, encaminhamos abaixo assinado de eleitores residentes em Três Barras.

PROJETO DE LEI N.º 128/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a SOCIEDADE FILANTRÓPICA "HUMANITAS", com sede no Município de São Jerônimo da Serra.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10 de setembro de 1979.

(a) LÁZARO DUMONT.

JUSTIFICATIVA:

A SOCIEDADE FILANTRÓPICA "HUMANITAS", iniciou suas atividades, em setembro de 1977, e tem como seu maior objetivo, a orientação e a prevenção do "MAL DE HAN-

SEN", tendo inclusive adquirido uma área de 6,5 alqueires de terras, onde está em fase de conclusão, a construção de um prédio em alvenaria, para abrigar um CENTRO MÉDICO e um CENTRO SOCIAL onde funcionará o serviço de reabilitação de doentes portadores do "MAL DE HANSEN". A iniciativa desta entidade, da qual anexamos seus estatutos sociais, histórico e projeto regional para combate ao "MAL DE HANSEN", mostra a grandiosidade do trabalho que será realizado, e que deverá contar com um atendimento dos mais completos, haja vista que este atendimento, mesmo precário, há tempos vem sendo realizado por esta entidade. O trabalho que está sendo realizado no Município de São Jerônimo da Serra, é pioneiro no interior do Estado do Paraná, e o Título de utilidade pública, seria a demonstração de que os Parlamentares desta augusta Casa de Leis, não estão ausentes aos trabalhos que são desenvolvidos por estas entidades, que através de suas diretorias, associados e colaboradores, que voluntariamente, dedicam grande parte de suas horas e mesmo de suas vidas, em prol daqueles que realmente necessitam de ajuda, numa demonstração de que os problemas sociais, não devem ser resolvidos somente por parte dos governos, mas sim de toda uma comunidade, que unidas através de suas entidades de cunho filantrópico, procuram resolver seus próprios problemas. Desta forma, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares, na aprovação deste projeto de lei, do qual, anexamos documentos que realmente provam sua existência, e a utilidade de seus serviços à toda comunidade do Município de São Jerônimo da Serra.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Está finda a leitura do expediente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador Inscrição, Sr. Deputado Lineu Turra.

O SR. LINEU TURRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"Esta Casa deverá decidir hoje, sobre a proposição do nobre Deputado Airton Cordeiro, no sentido da criação da Secretaria de Estado da Comunicação Social.

A respeito do assunto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, embora já tenha me manifestado visceralmente contrário, volto hoje à tribuna, para ratificar aquela minha posição, não somente contrária à criação dessa Secretaria, como de qualquer outro órgão semelhante, especialmente nesta hora de dificuldades porque passa o erário público, em que pese a argumentação do ilustre Deputado autor do requerimento.

E o faço, não só tendo em vista as colocações feitas pelo Deputado Airton Cordeiro, como pelo ilustre Líder da bancada arenista Erondy Silvério, nesta Casa, posteriormente ao meu pronunciamento, na oportunidade do encaminhamento da votação, mas também para dizer que a minha posição não é isolada, senão que os clamores contra a iniciativa do Governo se fizeram sentir na imprensa do País, quando da criação da Secretaria da Comunicação Social e que teve, ainda agora, no Estado de Minas Gerais, onde se reuniram profissionais da imprensa que discutiram e decidiram, à unanimidade, assinalar a sua desconformidade a esse monopólio imposto pelo Governo à comunicação, através da criação da Secretaria da Comunicação, como uma forma de tolher a liberdade de imprensa que fica limitada a essa inovação, exatamente nesta hora em que o Governo promete abertura.

E nós dissemos aqui, que a criação da Secretaria da Comunicação Social, à nível estadual, é uma recomendação vinda do Planalto e, quanto a isso não temos dúvidas. Quer-se, nesta Casa, escamotear uma realidade fáctica, sobre a iniciativa para criação desse órgão, transmutando-a como se fora um desejo manifesto do Poder Legislativo, encarnado na sugestão do Deputado Airton Cordeiro, quando, na verdade, o real interesse está no Palácio Iguaçu.

E não nos convence a proclamada independência, porque

os fatos desdizem as palavras. Tanto mais quando sabemos nós que a nota expedida pelo Presidente da Federação dos Sindicatos e lida pelo nobre Deputado Airton Cordeiro, foi ditada no Palácio Iguaçu; e ainda, que a criação dessa Secretaria visa acomodar interesses em choque do próprio signatário da nota referida, que além do mais, não expressa o consenso dos profissionais da imprensa, como tivemos oportunidade de sentir em diversos contatos que fizemos.

Abstraido esse aspecto, ainda, temos a dizer que sobram-nos razões para combater essa iniciativa, porque entendemos que além de não trazer qualquer contribuição no campo da comunicação, servirá essa Secretaria para onerar os cofres públicos, tão depauperados ao ponto de serem regateados um melhor nível de vencimentos aos servidores públicos que estão com os seus ganhos defazados em consequência da galopante inflação. Já dissemos e repetimos aqui, em alto e bom som, para que fique registrada em definitivo nossa posição, que não é hora de aumentarem-se as despesas, pois isso tem sido um grande mal neste País, principalmente criando-se órgãos que sabidamente estão a servir de cabides de empregados e acomodação de interesses, mas de agilizar os que já existem, dando-se condições para o seu desempenho.

Neste ponto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, queremos ressaltar o grande trabalho que vem sendo desenvolvido pela nossa imprensa que, sem as peias do Governo e arrastando mesmo até as dificuldades e barreiras que se lhes opõem para acesso aos programas de governo, merecendo destaque especial as publicações que vêm sendo feitas pelo Diário do Paraná, na página sobre assuntos econômicos de responsabilidade do editor Luiz Augusto Juk, em que são mostrados aspectos interessantes inclusive sobre as fontes alternativas de produção de energia. Por aí comprova-se, a desnecessidade da criação de órgãos para comunicação de programas de governo, que além do mais, o seu desempenho fica limitado ao ângulo das conveniências, enquanto que, dentro de um regime de liberdade, tudo fica sob o crivo dos profissionais do ramo e entendidos no assunto, sem a preocupação como já se está observando de apenas promover os donos do Poder.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, na oportunidade, queria encaminhar à Mesa, um requerimento que espero mereça o apoio dos nobres Srs. Deputados.

Esse requerimento consubstancia-se num voto de aplauso ao "Diário do Paraná" pelo excelente trabalho sobre Economia, na página de responsabilidade de Luiz Augusto Juk, que trata sobre as fontes alternadas de energia, e que é assunto momentâneo do País, para resolver o nosso grande problema de fontes geradoras de energia.

O requerimento, Sr. Presidente, Srs. Deputados, contém os seguintes termos: (Lê):

"Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, REQUER a Vossa Excelência, que após manifestação da Casa, seja consignado um voto de congratulações ao Jornal "Diário do Paraná", pelo excelente trabalho que vem publicando sobre economia, como matéria de responsabilidade do Jornalista Luiz Augusto Juk, que trata, especialmente, de assuntos relacionados com as fontes alternativas de energia.

A matéria é uma valiosa contribuição aos estudiosos de economia e também como contribuição eloquente de um trabalho todo dedicado no campo da informação.

Sala das Sessões, em 10 de setembro de 1.979.

(a) LINEU TURRA."

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Antônio Facci.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): "As notícias veiculadas pela grande imprensa

nacional, denunciando o escândalo de contrabando de café brasileiro para o Paraguai, parece ter provocado nas autoridades responsáveis pela fiscalização, verdadeira ira. As providências tomadas visando localizar os responsáveis pelo contrabando, chegam a nosso ver, às raias do absurdo.

Percorrendo alguns dos municípios que temos a honra de representar nesta Casa, encontramos em Altônia, uma situação realmente alarmante, em virtude das medidas tomadas por estas autoridades.

Com grande sacrifício de particulares e por parte da administração municipal, foi construída uma nova estrada ligando Altônia ao Porto Biunton, (hoje conhecido como Porto das Flores), atravessando a Ilha Grande, terminando por proporcionar o escoamento das safras Sul-matogrossenses, através desta ligação rodoviária e fluvial. A travessia do canal do lado esquerdo do Rio Paraná, é feita através de moderna balsa, com capacidade para transporte de cargas em geral. Com a inauguração da estrada interna da Ilha Grande, bem como sua conexão com a estrada oficial para Altônia, a população residente na Ilha Grande, cerca de 3.000 pessoas, viu-se beneficiada social e economicamente, tendo maior facilidade para comercialização de sua produção agrícola; mais fácil acesso à escola; maior facilidade para alcançar atendimento médico, enfim, viu-se integrada a sua sede municipal, anseio de todos que a duras penas foi conquistado.

Sr. Presidente, nos primeiros dias do mês em curso, os usuários da referida ligação rodoviária e fluvial, sofreram uma verdadeira violência por parte das autoridades acima referidas, que, a pretexto de coibir o contrabando de café para o Paraguai, determinou a paralização das atividades do Porto, no período das 18,00 às 6,00 horas, portanto, impedindo qualquer espécie de tráfego durante o período noturno. As filas de caminhões que transportam mercadorias, muitas das quais perecíveis, são enormes. Nenhuma explicação é dada aos caminhoneiros, já sufocados pela política energética do Governo, que, aumenta os preços dos derivados de petróleo quase que semanalmente, agora, veem-se compelidos a pernoitar às margens do Rio Paraná, tornando a situação cada dia mais insuportável e consequentemente os lucros dos fretes menores.

Mas, no que se refere a população residente na Ilha Grande é que o problema é deveras grave. Impedidos do mínimo dos direitos fundamentais do homem A LIBERDADE DE IR E VIR — principalmente dentro de seu próprio município, pois a Ilha Grande pertence administrativamente ao Município de Altônia, constrangidos, porque sendo lavradores posseiros de parques recursos e conhecimentos, sentem-se ameaçados, sob suspeição, diminuídos, mas, principalmente, vivem em sobressaltos, preocupados com a possibilidade de que algum membro da família ou vizinho, necessite de atendimento médico durante o período noturno, estando impedidos de locomoverem-se para a cidade.

Senhor Presidente, Senhores Deputados. A situação é realmente grave. Todos sabem que a Ilha Grande sofreu recentemente uma grande inundação e, hoje, parte dos lavradores que atuam na área, principalmente os que desenvolvem atividade econômica mais acentuada e com técnicas modernas, mantêm parte de seus familiares residindo em Altônia ou em povoados próximos ao Rio Paraná. Com a medida, arbitrária em nosso ponto de vista, esses lavradores estão impedidos de comparecer durante todo o dia em suas lavouras, por terem que deixá-lo ainda com sol alto, o que foge ao costume de nossa gente e reduz a capacidade produtiva dos mesmos.

Se a fiscalização Federal pretende coibir o contrabando de café para o Paraguai, não acreditamos que a drástica medida esteja certa. Sabemos que o contrabando é incentivado pela existência em nosso País, do famigerado confisco cambial, que reduz consideravelmente as possibilidades econômicas dos cafeicultores, propiciando a grupos desonestos e impatrióticos,

a possibilidade de pensarem em transportar o café para o País vizinho, obtendo lucros extraordinários. Mesmo assim, deve ser lembrado, que a safra de café no Município de Altônia, como em toda a região, neste ano, foi pequena e já está inteiramente comercializada. Pode-se dizer, que pretende-se alcançar a produção cafeeira do Mato Grosso do Sul, que também já foi quase que totalmente comercializada. Portanto, a "Inês é morta."

Senhor Presidente. Não seria mais adequada a manutenção de fiscalização junto ao Porto durante a noite, que impedir o livre trânsito de tanta gente que produz riquezas para nosso País. Ou será que nem mesmo os fiscais merecem a confiança das autoridades? Todos os que por ali transitam, passaram a ser suspeitos. Todos, para os responsáveis pela medida, naturalmente, são ou podem ser contrabandistas, contrariando a máxima consagrada no direito que todos são inocentes, até prova em contrário. Lá todos estão sob suspeição até prova em contrário.

Além do caso concreto que verificamos pessoalmente, chegam notícias que os Portos Picadão e Guaíra, estão também atingidos pela medida, agravando ainda mais a situação.

O Governo diz que estamos vivendo um período de economia de guerra, mas, com atitudes como esta, fechando portos, ao invés de aumentar a fiscalização, parece-nos que não é apenas economia de guerra, mas um verdadeiro estado de beligerância.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Encaminhamos à mesa, um requerimento, solicitando do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Ney Braga, sua intervenção junto às autoridades coatoras, objetivando a suspensão da medida arbitrária, para o qual apelo aos Srs. Deputados o apoio necessário."

Era só, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Fiori Luiz.

O SR. FIORI LUIZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Desejo encaminhar à Mesa, um requerimento endereçado ao Doutor Oscar Alves, Presidente do FIDES — Fundação Integração e Desenvolvimento de Entidades Sociais -, e em nome da Escola Santa Rita de Excepcionais de Londrina, que solicita a doação de um veículo para o transporte dos alunos excepcionais. É em nosso nome e em nome do Deputado José Tavares, um voto de pesar, pelo falecimento de Dona Lucila Balallai, em Londrina, que fundou o Instituto do Câncer e que realmente foi um exemplo de fé em Deus, nos homens e nas realizações!

Muito obrigado. (Lê):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Comemora-se neste 10 de setembro o "Dia da Imprensa Brasileira". No dia 10 de setembro de 1.808, há 171 anos, surgiu no Brasil o primeiro jornal impresso, a "Gazeta" no Rio de Janeiro. Nos principais fatos históricos, a imprensa sempre teve participação importante e aqui poderíamos citar, a Independência, o Abolicionismo e a Proclamação da República. Mas, ao longo desses 171 anos, a imprensa brasileira suportou pressões econômicas e travou uma luta desmedida contra a censura. Nos governos Médi e Geisel, a censura atingiu níveis insuportáveis. Jornais como "Estado de São Paulo", "Tribuna de Imprensa", "Movimento" e toda a imprensa alternativa, viveram períodos críticos.

Aqui no Paraná, as garras da censura também andaram espalhando e semeando pânico e intranquilidade, principalmente no governo Haroldo Leon Peres, de triste memória. Na ocasião, a Televisão Tibagi, a Folha de Londrina, a Televisão Iguaçu e o Jornal "Estado do Paraná" foram os mais atingidos. "Scripts" foram apreendidos, censores invadiram oficinas e redações. No governo Canet Júnior, também pudemos sentir a espada da pressão, golpeando e procurando aniquilar

órgãos de imprensa deste Estado.

Hoje, sem a censura prévia, a imprensa independente, séria, tem procurado debater os problemas sócio-econômicos, contribuindo para a afirmação da democracia plena e real. Porém, na tática de abrir a porta da frente, mas fechar a dos fundos, temos a Lei de Segurança Nacional, uma ameaça permanente aos nossos jornalistas, ainda cerceados na livre criatividade e posicionamentos.

Na mensagem da Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais, destacamos este trecho: "A Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais espera, confiante, que, num futuro muito próximo, esta data possa ser um dia realmente festivo, sem quaisquer restrições ao cumprimento de nosso dever profissional. Assim, a festa não será apenas dos jornalistas e da imprensa, mas de toda a Nação brasileira, que, enriquecida pelo amplo debate democrático de todos os temas de interesse público, caminhará segura rumo à conciliação nacional e à maioria política."

E, quando se comemora o "Dia da Imprensa", não podemos deixar que se apague no tempo, o crime que vitimou o jornalista Antônio Heleno, do Jornal "Frente do Iguaçu". Nota-se, clara e abertamente, um processo de esvaziamento. A própria imprensa tem reduzido o noticiário a esse respeito. O crime de Cascavel deve ser tema diário, nas oficinas, nas redações, nos estúdios. As autoridades interessadas em quê o crime seja acobertado usam de todos os meios e artifícios, criando "bodes expiatórios" e desviando a atenção da opinião pública paranaense. Aqueles que até ontem eram apontados como os matadores, hoje alegam inocência. Inventam-se novos nomes, no intuito de manter a sete chaves, os nomes dos mandantes. Lamentavelmente, o crime do Jornalista Antônio Heleno caminha para o arquivo do esquecimento. O poder econômico caminha mais uma vez para a vitória triunfal. Seria o caso de perguntar: será que o dinheiro estaria calando consciências? Será que os altos interesses estariam sufocando os ideais dos poucos homens públicos decentes deste Estado? Tudo indica que as respostas serão afirmativas, para a vergonha de todos nós paranaenses. Porque está correndo dinheiro neste crime de Cascavel, Sr. Presidente. E nós teremos ainda, a oportunidade de voltar como jornalistas que somos, a esta tribuna, para comentar e analisar este episódio negro, vergonhoso para a história da imprensa paranaense, onde o dinheiro acoberta, onde o dinheiro estaria comprando até altas autoridades neste Estado do Paraná. E muita gente vai sair rica desse episódio de Cascavel.

Muito obrigado, Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra ao quarto orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Ruben Valduga.

O SR. VALDUGA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupo a tribuna, também da forma que fizeram os Deputados Fiori Luiz e José Tavares, para reverenciar a memória de uma das criaturas mais importantes que já passaram pela Cidade de Londrina. De uma das criaturas, mais bondosas, mais capazes, mais dinâmicas e mais extraordinárias que este Estado conheceu.

Estou falando de Dona Lucila Balallai. Dona Lucila, conseguiu o reconhecimento de seu trabalho, de todos quantos dela tomaram conhecimento, a ponto de que a Câmara Municipal de Londrina, concedeu-lhe um título de Cidadã Honorária, sendo nascida na Bahia.

E por amor à terra que a acolheu, ela dedicou-se a construir desde o primeiro momento, a princípio uma pequena obra de atendimento, de prevenção contra o câncer, mas depois sonhou alto, aquela pequena criatura, sonhou, sonhou o impossível e realizou o impossível, ela sozinha. Movimentando a sociedade, conseguiu construir um dos mais belos hospitais

contra o câncer, deste País.

Procurou sensibilizar a todas as pessoas a quem podia atingir direta ou indiretamente, grangeando para a sua obra, recursos, simpatia, e criou enfim, um nosocômio de primeira linha, de primeira categoria.

Mas, não reside somente na sua obra, o fato de a estarmos lamentando; ela realmente era um sol. Dona Lucila, quando chegava, refletia a sua personalidade invulgar, o seu carinho, o seu carisma; atendia aos pobres, aos humildes, com presteza, eficiência e amor. Várias e várias vezes, tive a oportunidade de ver e presenciar a forma com que ela se dirigia aos humildes.

Efetivamente, nenhuma pessoa é insubstituível. Dona Lucila, talvez seja substituída, mas não sei por quantas pessoas. Muitos serão preciso para fazer o trabalho que ela sozinha fazia.

Aqui, nesta Assembléia representativa do povo do Paraná, dirijo-me para reverenciar a sua memória, para reverenciar o seu talento, e para lembrar que onde quer que Dona Lucila esteja, lá estará sorrindo aos pobres, a quem ela sempre soube atender com carinho e eficiência.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Registramos, com satisfação, a presença no plenário, de Sua Excelência o Sr. Deputado Federal, Ernesto Dal'Oglio.

No Grande Expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado Gernote Kirinus. — (Pausa). Ausente, concedo a palavra a Sua Excelência o Sr. Deputado Lázaro Dumont.

O SR. LÁZARO DUMONT — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Em nosso pronunciamento na tarde de hoje, vamos fazer a leitura de dois artigos jornalísticos. A primeira, é exatamente o Editorial do jornal "Gazeta do Povo", cujo título é o seguinte:

"A FUGA DO MELHOR CAPITAL DO PARANÁ.

Os números estarrecem. Perto de trezentos e cinquenta mil brasileiros vivem presentemente no Paraguai, e cerca de cento e cinquenta mil na Argentina, a maior parte egressa do Paraná.

Os dados estatísticos ilustram um excelente trabalho da Comissão Pontifícia Justiça e Paz, do Paraná, que apontou um rol de causas, que vai desde o sistema econômico brasileiro, concentrador de rendas e política agrícola, desestimulante e até prejudicial ao pequeno produtor; concentração da propriedade fundiária nas mãos de poucos, supervalorização da terra e a necessidade de mecanização, impedindo a aquisição imobiliária necessária pelo pequeno capital; substituição de lavouras de uso intensivo de mão-de-obra, por pastagens ou lavouras mecanizadas; construção de hidrelétricas (Itaipu, Salto Santiago, Foz do Areia), atingindo aproximadamente sessenta mil pessoas; fatores climáticos (estiagem ou geadas e a ilusão do "baixo-preço"), em outros lugares distantes.

Os levantamentos feitos por essa Comissão Pontifícia não se esgotam aí, seguindo mais longe para apontar situações que caracterizam dificuldades por que vêm passando esses nossos patrícios nos territórios, principalmente, do Paraguai.

Ao lado desse trabalho, poderíamos ressaltar que paranaenses também têm se deslocado para São Paulo, Mato Grosso, Rondônia, Amazonas e outros pontos do território nacional, configurando, nesta década, um dos mais graves problemas sociais e econômicos porque vem passando o nosso Estado.

O Paraná, que vinha se caracterizando por ser um polo de atração de brasileiros e imigrantes, passou a ser, nos últimos anos, um verdadeiro "exportador" de mão-de-obra e de capitais, graças às circunstâncias, entre outras, que foram apontadas pela Comissão Pontifícia.

Nesse quadro, de violenta descapitalização do que possuímos de melhor em nosso território, é importante salientar, todavia, que já se começam - embora um tanto radiante - a assinalar movimentos no sentido de reter os paranaenses dentro de nossas terras, pela criação de oportunidades novas, de adestramento de mão-de-obra e, inclusive, a criação de mecanismos

que tornem possível a aquisição de terras aos que estão sendo desapropriados, face à construção de grandes complexos hidrelétricos.

O estudo feito por essa Comissão Pontifícia é, portanto, um subsídio valioso até mesmo para uma programação de governo, considerando-se que as causas motivadoras dessa evasão não tiveram um estancamento. Ao contrário, continuam a tornar-se mais agudas e a contribuir para que esse impressionante número de quase meio milhão de brasileiros - notadamente do Paraná - esteja, hoje, vivendo no Paraguai e na Argentina, onde estão desenvolvendo culturas como a do café e da soja, e contribuindo para o progresso desses países amigos. A realidade, todavia, está em que nós estamos descapitalizando com a certeza de que esses brasileiros poderão radicar-se definitivamente nesses territórios estrangeiros, passando a construir, num médio futuro, problemas que nosso País terá que enfrentar e que assumem contorno de muita gravidade.

O que se nos parece incrível é o fato de que nossas "frentes agrícolas" avançaram pela linha de problemas e dificuldades que agricultores paranaenses encontram dentro das extensões do Paraná, e isto deve ser objeto de viva atenção não apenas pelas autoridades paranaenses, mas também, de nosso País, a fim de que se busque um esforço conjugado no sentido de elidir as causas que deram como resultante desse ainda não esgotado processo de descapitalização de nossos valores humanos".

Antes da leitura da segunda parte do jornal, Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaria de frisar nessa tarde, que este é um assunto que já há alguns anos estamos abordando desta tribuna, e tentando mostrar às autoridades o que isto poderá causar no futuro, para a economia brasileira.

Há questão de um mês atrás, apresentamos aqui um trabalho em que o Paraguai, dentro de dois ou três anos, poderá produzir de um milhão e meio a dois milhões de toneladas de soja, quer dizer, a metade daquilo que o Paraná produz hoje, e que esta soja, toda ela, ou quase toda, será exportada pelo Porto de Paranaguá, diga-se de passagem, porto livre de Paranaguá, usando as estradas construídas com suor, com as economias poucas que este Brasil ainda possui, e que estas mesmas produções - e que agora se está ampliando para outro setor da economia rural - , são produzidas por brasileiros, quase que na sua totalidade, que estão lá no Paraguai, e que hoje, e amanhã muito mais, vão fazer uma concorrência com o próprio Brasil, no mercado exterior.

E, uma outra notícia realmente interessante para se confrontar com aquela: "O que se deve importar? o Brasil gastou Cr\$ 183.462.078.000,00, em importações, conforme consta do relatório do Ministério da Fazenda, referente ao ano de 1.977, última edição encontrada em Curitiba.

Embora os números oficiais relativos aos anos de 1978/79 não sejam ainda tão acessíveis, o panorama de proporcionalidade não mudou muito, especialmente no que se refere ao fantasma do petróleo, bode expiatório das mazelas da economia nacional, e a importação de alimentos primários, de discreta preocupação, até a chegada do Ministro Delfin Neto ao Ministério da Agricultura, do total de Cr\$ 183.000.000.000,00 de importação, Cr\$ 54.000.000.000,00 foram gastos na compra de petróleo bruto, e 16 bilhões na importação de alimentos primários, como feijão, carne, leite, ovos, mel, azeitona, macã, trigo, biscoitos, molho de tomate e alpiste.

"Neste ano de 1.979, as importações brasileiras vão causar um rombo de, aproximadamente, Cr\$ 400.000.000.000,00 na economia nacional. Metade, aproximadamente, deste valor, ou um pouco menos, será gasto em petróleo, e um valor que ainda não foi possível apurar, mas que também é significativo, será gasto em importação de alimentos.

Algumas fontes acreditam que, para comprar arroz, carne e leite, o Brasil gastará em torno de Cr\$ 50.000.000.000,00.

O próprio Ministro Delfim Neto, hoje no Planejamento, colocou o dedo na ferida nacional, ao reconhecer no Seminário do PROÁLCOOL, que o Brasil, com mais de 8.500.000 quilômetros quadrados, não pode continuar dando vexame, importando arroz e feijão.

O programa agrícola do Ministério, não parece ter sido alterado com as mudanças em Brasília, mas está correndo sério risco de perder a credibilidade, caso o único caminhão de trigo venha a perder a carga entre um posto e outro de Cooperativa, por falta de combustível e secadoras de grão. Assim, a prioridade agrícola de Delfim, anota um dos fatos sempre lembrados: ao invés de se reforçar a economia do combustível na agricultura, será preferível apenas racionalizar, produzir mais com menos combustível e produzir tanto que não seja necessário importar alimentos que custam, lá fora, o equivalente a Cr\$ 50.000.000.000,00 ao ano, permitindo que as secadeiras continuem gastando óleo por mais um período. Certamente que haverá um gasto desse óleo importado. No entanto, ao invés de se economizar mais 0,006 por cento do total do petróleo consumido no País, em análise específica para o Paraná, para secagem de grãos, não seria mais lógico inventar a agricultura que, em termos de Brasil, numa tacada só, em curto período de tempo, poderá cortar ou riscar do mapa as importações de um custo de Cr\$ 50.000.000.000,00 ou seja, um equivalente a uma economia superior a 25 por cento em relação ao gasto do combustível?

Importamos, no inverno, o que jogamos no verão. A economia do combustível é obviamente prioritária. Mas, sendo o Brasil um país que não produz petróleo, os cortes nas importações poderiam ser iniciados pelos artigos que podem ser produzidos aqui até com certa facilidade.

É também sabido que o Governo pretende conseguir essa independência, mas nos últimos meses, vem apenas repetindo o que aconteceu durante os últimos anos: decretando importações para suprir o mercado interno, ou para punir os comerciantes.

Os dados referentes ao ano de 1.979, ainda não são todos conhecidos. Mas, sabe-se que, neste ano, já importamos carne, trigo, manteiga, queijo, arroz, várias frutas perfeitamente dispensáveis. Assim, as peras importadas da Califórnia, a pipoca americana, são exemplos de artigos que entram no Brasil, inflacionando, pesando na balança comercial. Concretamente, temos, nas citações de 77, quando o Brasil gastou Cr\$ 54.000.000.000,00 em óleo bruto e Cr\$ 15.000.000.000,00 em alguns tipos de alimentos. Se o País, naquela data, tivesse dado mais atenção à agricultura, um valor igual a 30 por cento do total de importações em petróleo, teria sido economizado.

No entanto, a gasolina passou como bode expiatório, enquanto as outras importações ficaram despercebidas.

Na última safra de leite, o produto foi jogado aos porcos. Os produtores não recebiam das fábricas os preços justos. O Governo socorreu as indústrias com linha de crédito para financiar a estocagem do leite em pó, queijo e manteiga. Poucos meses depois, o Governo reduz a gordura do leite levado ao consumidor, algo que, para manter a mesma qualidade, teria que importar outros produtos.

Mas, e os estoques?

Desapareceram ou consumiram os próprios estoques de leite em pó. Agora, o País está importando ou tratando da importação de leite do Uruguai, cujo território cabe inteiro dentro das áreas reservadas às pastagens de gado apenas do Sul do Brasil.

Essa importação está sendo feita em dólares, tal como o petróleo, mas sem se falar em racionalização de inteligência. Gastar em importação do petróleo é pecado grave, mas gastar com a importação de leite ou de queijo, que não veio concorrer com os dos produtores nacionais, gerando prejuízos e tra-

zendo desincentivos, parece perfeitamente normal.

Desprezando as diferenças que possam existir entre 77 e este ano de 79, pode-se pelo menos ter uma idéia de que o País ainda importando o petróleo, no relatório do Ministério da Fazenda, daquele ano, constam as importações de carne, peixes, leite, manteiga, queijos, ovos, mel, alcachofra, azeitonas, feijão, maçã, nozes, amêndoas, pêssegos, chá, trigo, centeio, cevada, aveia, milho, arroz, alpiste, farinha de trigo, amidos de milho e trigo, óleos de sebo, gorduras de animais comestíveis, óleo de algodão, óleo de oliva, óleos de margarina e outras gorduras do gênero, conservas de bovinos, suínos, perus, caviar e outras; massas, biscoitos, bolachas e outros alimentos industrializados; conservas como: compotas, sucos, farinhas especiais, molhos de tomate, sopas, pudins, cremes, águas minerais, cervejas, vinhos, vodka, vermouths, whisky, aperitivos, vinagres, alimento para animais, fumo capeiro, entre outros.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Realmente, quando nós tivemos, ainda na semana passada, a oportunidade, desta mesma tribuna, de dizer que, se quer transferir, na agricultura, como diz o próprio jornal, essa mazela da política econômica brasileira, quer se jogar, nos homens que labutam a terra neste País, a responsabilidade de uma política econômica onde está mais que provado, com os dados do Ministério da Fazenda, não com dados de quem quer promover-se ou criar fatalismo, sensacionalismo, mas dados do próprio órgão do Governo que é o Ministério da Fazenda, que se este País passar a produzir arroz, carne e feijão, somente nestes três produtos economizaremos quase 25 por cento do que se gasta em petróleo, hoje, mas no entanto, vem pressionando-se a agricultura, no óleo ou no "Fuel-oil" para as colhedoras ou para as secadeiras, onde o gasto é de 000,6 por cento; aí é que está todo o pecado da economia nacional: não é na importação de produtos sem nenhuma necessidade, que vêm privilegiar somente as mesas dos altos, dos grandes homens da economia deste País, da economia que eu digo, é daqueles que têm condições de comprar o caviar, o óleo de oliva, o whisky importado, enfim, tantos produtos que seria plausível que o Governo proibisse a importação desses produtos para diminuir os gastos em outros setores, fazendo assim com que produzíssemos mais, o melhor, na própria agricultura, para que pudéssemos proporcionar uma mesa mais farta ao lavrador, ao trabalhador brasileiro.

O Sr. Fiori Luiz — Vossa Excelência concede um aparte?

(Assentimento)

Nobre Deputado, ouvimos sempre com muita atenção as suas colocações, quando assume a tribuna, porque, realmente nesses momentos, Vossa Excelência nos proporciona uma aula sobre tudo quanto ao setor econômico, já que dele Vossa Excelência é um estudioso.

Agora, essa dependência do Brasil. Nós comemoramos agora, dia 7, a Independência, mas pergunto, independência de que? Continuamos mais dependentes do que nunca, e essa dependência vem desde o tempo da colonização, dos nossos primórdios, e vamos para um bilhão de dólares que é o que vamos gastar este ano, em importação de produtos que, se jogarmos sementes dos mesmos ao chão, mesmo que não queiram, nascem neste País.

Temos que retroagir um pouco aos anos anteriores, e lembrarmos que, há mais de cem anos atrás, o Paraguai, por exemplo, era um Estado independente economicamente, não importava; autosuficiente no seu parque industrial, na sua produção de alimentos básicos e tradicionais para o povo paraguaio, àquela época, já em, cento e cinquenta anos atrás, o Paraguai já era um grande exemplo à América Latina, e em função dessa independência, daquela época, do Paraguai que produzia tudo para o seu povo, é que se criou depois — esta já é outra estória — a famigerada Tríplice Aliança em função do capital inglês e no Uruguai, Argentina e Brasil, que eram depen-

dentes, àquela época, do capital estrangeiro, e continuam sendo dependentes mais ainda, hoje, acabaram arrasando o Paraguai, de França, dos Lopes pai, de Solano Lopes Filho. E, nas escolas, nos ensinam que os nossos grandes ídolos de barro que lemos e aprendemos na escola e na verdade a versão é outra, completamente diferente com relação à Guerra do Paraguai.

Mas apenas para citar de passagem, a nossa dependência. Quer dizer, fala-se em encher a panela do povo, Delfim já não está mais na agricultura, parece o atual Ministro da Agricultura despreparado para o cargo que também não é novidade, e vamos continuar importando tudo num País de dimensões territoriais onde cabem 25 países dentro do nosso. E não temos os alimentos básicos para o sustento do nosso povo.

É realmente, há hora: que dá até vergonha de ser brasileiro, nobre Deputado, dá vergonha de ser brasileiro. E dia sete, vimos aqueles desfilês monstruosos, os nossos soldados na rua, aqueles armamentos, aquele aparato, mas, para que? Nunca tivemos guerra aqui e sempre todo o mundo cheio de medalhas no peito.

A verdade é que o povo está no sufoco. O povo está passando fome neste País. Não tem mais o que comer. O povo está roubando para comer.

E nós continuamos com este maldito modelo econômico, comprando lá fora até alpiste. Infelizmente é esta a desgraça que nós vemos neste País em termos de administração.

Muito obrigado, nobre Deputado.

O SR. LÁZARO DUMONT — Continuamos, Sr. Presidente.

Nós lemos estes dois artigos, exatamente para fazer uma comparação. De um lado, os dados do próprio Ministério da Fazenda, que nos dão uma triste realidade da economia brasileira. Do outro lado, como cita a Gazeta do Povo, no dia de hoje, a fuga do melhor capital do Paraná.

Enquanto o Brasil, pelo menos através de muitos dos seus filhos e dos seus membros fazem festa hoje por este Brasil, por uma chegada de um, dois, três ou que não chegue a duzentos ou trezentos os exilados que estão lá fora, exilados políticos que estão chegando, e no entanto, somente na Argentina e no Paraguai temos mais de meio milhão de pessoas que, no meu ver, procuraram o exílio ainda, pior ainda do que esses que estavam fora e que estão regressando. Porque por um motivo ou outro esses foram e estão voltando pelas idéias que pregaram, pelas posições que assumiram e por isso, saíram deste País.

Mas, meio milhão de brasileiros que deixam este nosso País, outrora e principalmente o Paraná era chamado a Nova Terra de Canaã, onde nos discursos mais eloqüentes ouvi muitos políticos dizerem que quando Pero Vaz de Caminha escreveu a carta ao Rei de Portugal, quando ele disse que nesse País onde se plantando tudo dá, se referia, já ouvi muitos dizerem, isto ao Estado do Paraná e mais notadamente ao Norte do Paraná. O Sr. Fiori Luiz — Se fosse vivo hoje, ele queimaria ou rasgaria esta Carta, não é, nobre Deputado?

O SR. LÁZARO DUMONT — Esse pessoal, esses brasileiros que tanto deram, tanto produziram, estão auto-exilando-se em outros países e com um ponto aí, talvez, muito mais importante que se possa imaginar.

Assim como nós, quase todos aqui dentro desta Assembleia Legislativa, que somos filhos ou netos de imigrantes, mas que se for preciso hoje, amanhã, ou o dia que for, pegaremos uma arma para defender esse nosso País, contra os países dos nossos pais ou dos nossos avós, porque aqui é a terra que nós nascemos, e que amamos; amanhã nós poderemos ter brasileiros, filhos de brasileiros, quem sabe, pegando na arma para defender um País — onde saiu seu pai ou seu avô.

É um País onde dizemos que Deus é brasileiro, que Deus nasceu aqui, que aqui é a dádiva de Deus, Srs. Deputados, Sr. Presidente, o assunto é mais sério do que a gente possa

imaginar, muito mais sério. Porque nós precisaríamos segurar esses nossos irmãos dentro das nossas fronteiras, para que eles pudessem produzir aqui a riqueza que este Brasil precisa, para que eles pudessem transmitir aqui, o amor que este Brasil precisa, para que amanhã nós possamos realmente nos orgulhar, de termos construído um Brasil livre, grande e independente aos nossos filhos e netos. Não um Brasil que não tem quase condições de segurar os seus filhos, e eu me emociono-me, Sr. Presidente, porque realmente fere-me na alma, quando sinto que outras pessoas, que saindo do Paraná para ir ao Amazonas, Mato Grosso, Goiás e São Paulo, é uma coisa, como saí eu do interior de São Paulo e vim para o Paraná; é muito diferente, é diferente demais para comparar-se com aqueles que deixam nossa terra, e que se encaminham para outros países e que lá, pelo menos, se fosse ainda País mais desenvolvido, mais culto do que o nosso, ainda vá lá, mas não o é.

Tem o aparte o Deputado Deni Schwartz.

O Sr. Deni Schwartz — Quero agradecer em nome, acredito do meu Partido, a verdadeira defesa que Vossa Excelência faz nesse momento, da importância do problema das relações Brasil e Paraguai, criticadas nesta Casa, quando o meu Partido trouxe para cá, elementos da oposição paraguaia, exatamente, dizendo e se disse aqui pela imprensa, que o MDB ao invés de resolver os problemas do Paraná, estava tentando resolver os problemas do Paraguai, infelizmente aqueles que assim procederam, desconhecem o verdadeiro problema de brasileiros no Paraguai, que Vossa Excelência neste momento muito bem, está a mostrar a todos, da sua importância.

Realmente, os brasileiros invadiram o Paraguai, não por interesses, digamos, do Governo, mas porque aqui não tiveram mais condições de ficar, o Paraguai lhes deu melhores condições, mas isso criará um problema violentíssimo, assim como Itaipu, esta malsinada obra feita sem os devidos cuidados diplomáticos e que nada mais é do que a provocação militar inspirada ao Brasil, pelas grandes potências.

Realmente, Vossa Excelência tem razão quando diz que amanhã, netos de brasileiros pegarão em armas para defender aquele País que será o deles. Realmente, amanhã, iremos e já estamos sendo instigados contra a Argentina, porque às grandes potências interessa muito mais que na América surja um novo foco de conflitos. E, infelizmente, os estrategistas deste Governo não viram isso, e estão permitindo inclusive, que brasileiros invadam aquele miserável País, quando nós, do MDB, trouxemos para cá, daquele País, fomos criticados porque não estávamos cuidando dos nossos interesses, e sim tentando cuidar dos interesses dos paraguaios.

A Vossa Excelência nosso muito obrigado, porque traz a verdadeira dimensão deste gravíssimo problema que o Brasil enfrentará e já está enfrentando.

Obrigado pelo aparte.

O SR. LÁZARO DUMONT — Era só, Sr. Presidente.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) No horário reservado à ARENA, concedo a palavra ao Sr. Deputado Aírton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Primeiramente, quero saudar o Dia da Imprensa, a Imprensa feita com independência, a imprensa feita com lisura profissional, a imprensa feita com o maior respeito possível, àqueles que são notícia, e àqueles aos quais é destinada a notícia.

A imprensa feita diariamente pelo captar de informações, pela comunicação de informações; a imprensa que tem a grande missão, o grande papel, a tarefa extraordinária, de colocar a humanidade em dia com os fatos que ocorrem em todo o mundo, todos os dias.

Esta imprensa feita com a dimensão que pretendo colocar neste momento, que é tão importante para os Parla-mentos,

esta Casa, que é tão importante para os homens comuns do povo, de qualquer classe social. A imprensa que, ao elogiar, reconhece, que ao criticar, denuncia, e que, acima de tudo, tem o compromisso mais sério e mais importante com a grande comunidade.

Esta imprensa que é um poder que respeitamos, que é feita todos os dias, com sacrifício, por repórteres, redatores, secretários e chefes de redação, editores e empresários; a imprensa da qual não pode prescindir a democracia; a imprensa da qual não pode prescindir hoje, um País em desenvolvimento como o nosso. E, ao saudar o "Dia da Imprensa", quero saudar a liberdade de imprensa, compromisso maior que todos nós, democratas, devemos ter para com este setor da sociedade, que tem, sem dúvida alguma, uma grande responsabilidade.

E falo muito à vontade, Sr. Presidente, Srs. Deputados. Permitam-me que faça uma abstração da minha própria origem profissional, falo muito à vontade, porque nesses últimos dias, tenho, desta tribuna, defendido a criação da Secretaria de Comunicação Social do Governo do Estado.

Como ainda . . .

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência permite um aparte? **(Assentimento)**

Agradeço a Vossa Excelência, e antes que Vossa Excelência entre na segunda parte do pronunciamento que está fazendo, que é a criação da Secretaria de Comunicação Social, a qual todos os Deputados da Arena irmanam-se nesta luta, e Vossa Excelência, leva efetivamente o apoio de todos os componentes da nossa Bancada.

Mas, antes que Vossa Excelência prossiga, gostaríamos que constasse dos Anais, que a saudação que Vossa Excelência, com muita justiça fez à imprensa, no seu dia, aos seus profissionais, que tantos e inestimáveis serviços têm prestado principalmente ao Poder Legislativo do Paraná, porque as atividades dos Srs. Deputados aqui, se não for a imprensa, seria como uma rua de mão única. Não encontraríamos no povo do Paraná as atividades dos Srs. Deputados.

Então, devemos muito aos profissionais da imprensa, por esta razão, é que gostaríamos que a sua oração, que a sua saudação, tivesse sido feita em nome da bancada da Arena, da qual Vossa Excelência é um brilhante Vice-Líder.

Agradeço o aparte.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Agradeço o aparte do eminente Deputado Erondy Silvério, e também a deferência que me dá para neste momento, saudar a imprensa em nome da Aliança Renovadora Nacional. Da mesma forma como agradeço o apoio da Liderança do meu Partido, para esta sugestão nossa a fim de que seja criada, no Paraná, a Secretaria de Estado da Comunicação Social.

O Sr. Mário Celso — Vossa Excelência permite um aparte? **(Assentimento)**

Quero cumprimentá-lo, porque Vossa Excelência bem exaltar, mais uma vez dessa tribuna, a nossa imprensa. E, ao mesmo tempo em que registro, que dei entrada na Casa, de um requerimento pedindo a transcrição nos Anais da Casa, da Mensagem da Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais.

Em um determinado ponto, chamou-me a atenção o que diz Ailton Batista: "Confiante de que num futuro muito próximo, essa data possa ser um dia realmente festivo, sem quaisquer restrições ao cumprimento do nosso dever profissional".

Realmente, porque Vossa Excelência fala da independência da imprensa, da lisura profissional, do respeito, da grande missão, mas ainda hoje impera no Brasil a censura prévia.

No último dia 23 de agosto, notamos a ação da Polícia Federal, que, segundo soubemos, cumprindo ordens superiores, entre aspas, apreendeu a edição do jornal "Gazeta Mercantil", criando um clima de escândalo, inclusive. Porque essas matrizes do jornal denunciavam escândalo do Acordo Nuclear, envolvendo a NUCLEN, aquela organização encarregada de

executar o acordo, e que tem o controle dos alemães, porque existe uma cláusula secreta que impõe esse controle majoritário.

Então, é contra essa censura prévia que nós, hoje, levantamos a nossa voz, para que a imprensa possa realmente ser livre, e essa censura prévia é a prova de que a ditadura continua de pé neste País, tanto juridicamente como na prática, apesar de algumas ações desastrosas, como foi esta da apreensão da Gazeta Mercantil.

Muito obrigado.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Agradeço o aparte de Vossa

Excelência, Deputado Mário Celso, apesar de discordar de Vossa Excelência no que toca à censura. Nós sabemos que hoje, os nossos órgãos de comunicação trabalham livremente, e este episódio da Gazeta Mercantil, reprovável sob todos os pontos de vista, deve ser entendido como um fato isolado, porque hoje os grandes jornais brasileiros, nos quais se inclui a Gazeta Mercantil, estão a circular com a maior liberdade, liberdade que defendemos aqui, de forma taxativa, de forma peremptória, como necessidade para o aperfeiçoamento democrático do nosso País.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quando venho saudar o "Dia da Imprensa", eis que deparo com uma afirmação feita pelo nobre Deputado Lineu Turra, que ofende e violenta a consciência profissional dos jornalistas do Paraná.

Leio, Sr. Presidente, um trecho do pronunciamento feito pelo Deputado Lineu Turra, a propósito da sugestão por nós apresentada, para que se crie no Paraná, a Secretaria de Estado da Comunicação Social.

Leio, Sr. Presidente: "E não nos convence a proclamada independência, porque os fatos desdizem as palavras. Tanto mais quando sabemos nós, que a nota expedida pelo Presidente da Federação dos Sindicatos e lida pelo nobre Deputado Ailton Cordeiro, foi ditada no Palácio Iguaçu; e ainda, que a criação dessa Secretaria visa acomodar interesses em choque do próprio signatário da nota referida, que além do mais, não expressa o consenso dos profissionais da imprensa, como tivemos oportunidade de sentir em diversos contatos que fizemos".

Onde a violência, Sr. Presidente? Onde a agressão à consciência profissional? Exatamente aqui nesta afirmação do Deputado Lineu Turra, salvo melhor entendimento, diz Sua Excelência que a nota do Presidente da Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais foi elaborada nos gabinetes do Palácio Iguaçu, e isto me revolta e me causa repugnância . . .

O Sr. Lineu Turra — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. AIRTON CORDEIRO — . . . e agora, por solidariedade pessoal e profissional ao jornalista Ailton Luiz Baptista, como também por solidariedade profissional e pessoal ao Presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado do Paraná, pela falta de absoluta sensibilidade no trato de um assunto que merece toda a seriedade. Não tenho procuração para defender nem o Presidente da Federação Nacional dos Jornalistas, nem o Presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná, mas quero fazê-lo como parlamentar, e quero fazê-lo, agora sim, como profissional, como amigo . . .

O Sr. Lineu Turra — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. AIRTON CORDEIRO — . . . e como companheiro, rechaço esta torpe afirmação que agride, não às pessoas dos dois Presidentes, mas agride a toda uma categoria profissional. Lamento profundamente.

Concederei o aparte a Vossa Excelência, mas lamento que tenha partido de Vossa Excelência esta afirmação. Quero, ainda, Deputado Lineu Turra, dizer-lhe e a esta Casa, em relação à criação da Secretaria da Comunicação Social, que os jornais de Curitiba, em editoriais que representam o seu pensamento, estão aí a aprovar a idéia que defendo. Veja-se o que diz o editorial do "Correio de Notícias"; o jornal "O Estado do

Povo", o editorial da "Voz do Paraná" e o editorial do "Diário do Paraná", não é posicionamento unilateral, é posicionamento que representa uma média de pensamento.

Concedo o aparte ao nobre Deputado Lineu Turra.

O Sr. Lineu Turra — Muito obrigado.

Nobre Deputado, vejo que Vossa Excelência não está sob o domínio de suas emoções...

O SR. AIRTON CORDEIRO — Absolutamente. Refuto a acusação de Vossa Excelência. Não concedi aparte para ser agredido.

O Sr. Lineu Turra — Absolutamente, Vossa Excelência é que está me agredindo.

Diria a Vossa Excelência que está lendo um tópico isolado do meu pronunciamento. E já por aí quer tirar suas ilações.

Acontece, Deputado Airton Cordeiro, que me referi ao pronunciamento de Vossa Excelência. Entendi, e etendo ainda, que Vossa Excelência ao apresentar esse requerimento, quis transferir à Casa, a iniciativa da criação de uma Secretaria. Apenas a vontade quer que seja manifestada daqui da Assembléia Legislativa. Mas, na verdade, não é isso. Na verdade, sabemos, temos conhecimento que a vontade de se criar uma Secretaria de Comunicação Social vem do Palácio Iguacu, e Vossa Excelência não vai negar isso.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Nego.

O Sr. Lineu Turra — Acontece que o jornalista que assinou a nota, apenas ele a assinou. Mas, não é o consenso da classe. Temos conhecimento disso. Conversamos com diversos profissionais de imprensa, todos eles são contrários à criação dessa Secretaria.

Ainda agora, veja Vossa Excelência, fiz referência, em meu pronunciamento, a um Congresso de Profissionais da Imprensa, em Minas Gerais. E lá, foram unânimes em condenar a Secretaria da Comunicação Social a nível Federal.

De forma que se condena a nível federal, está condenando-se evidentemente, a nível estadual.

Portanto, não vejo porque Vossa Excelência venha a dizer que estou violentando a consciência dos profissionais de imprensa, quando sabemos que o signatário daquela nota não expressa, ali, o consenso dos profissionais da imprensa.

É isso que tenho a dizer a Vossa Excelência.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Agradeço o aparte de Vossa Excelência, apesar de sentir-me na obrigação de refutá-lo por inteiro.

Quando Vossa Excelência diz que a criação da Secretaria da Comunicação Social seria de interesse do Palácio Iguacu, Vossa Excelência, implicitamente, faz a este Parlamentar uma acusação. Refuto essa acusação.

Disse, inclusive recentemente, em pronunciamento feito desta tribuna, que antes mesmo da veiculação de uma notícia de caráter nacional, conversava este Parlamentar, com dois jornalistas credenciados nesta Casa: os jornalistas Hugo Santana e Clóvis Stadler de Souza. E, como profissionais, trocávamos idéias, trocávamos subsídios, sobre a criação dessa Secretaria, antes da veiculação daquela informação. Vou mais além, Deputado Lineu Turra, devo dizer a Vossa Excelência que jamais me prestarei a defender alguma idéia que não seja comportada pelo meu senso crítico; alguma idéia que não esteja adequada a meu modo de pensar. Não me presto a esse papel.

Lamento que Vossa Excelência pretenda fazer alguma projeção sobre a minha pessoa. Vossa Excelência está completamente equivocado.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Vossa Excelência concede um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa informa o nobre Deputado, que Vossa Excelência tem um minuto para a conclusão do seu pronunciamento.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Agradeço, Sr. Presidente, e concedo o aparte ao nobre Deputado Luiz Alberto Oli-

veira.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Deputado Airton Cordeiro, tive a oportunidade de partilhar de episódios na vida política estudantil, com Vossa Excelência, às vezes em campos opostos e, às vezes, na mesma direção, portanto, a nossa vinculação, a nossa amizade e o nosso conhecimento travou-se anteriormente aos embates da política partidária, na vida estudantil, onde o estudante dá muito de si em termos de idealismo, na construção de melhores condições de vida estudantil e de melhor participação do jovem na construção da sociedade brasileira, portanto, o conheço de longa data e sei que a sua manifestação em favor da Secretaria de Informações ou da Secretaria de Comunicação Social do Governo, é um ato pessoal e Vossa Excelência o faz, com o brilhantismo que tem marcado a sua atuação nesta Casa, com independência e com sensibilidade.

Nós vivemos num mundo que já foi denominado de Aldeia Global, nós vivemos num mundo dominado pela tecnologia da comunicação, e nós queremos, como Vossa Excelência quer, que o Governo se instrumentalize não, para dominar a imprensa, porque este Governo de Ney Braga acabou inclusive, com o "press-release" como Vossa Excelência e outros Deputados já afirmaram nesta Casa; o que o Governo quer e o que tenho a impressão, deva ser a opinião generalizada de Deputados dos dois Partidos, é que o Estado se agilize e se instrumentalize, para que possa cumprir com uma das suas precípuas funções, que é, informar, e informar bem, a população.

Meus cumprimentos a Vossa Excelência pela sua luta, que, sei, é pessoal. E, por conhecê-lo há tantos anos, e saber que se trata de um profissional com larga folha de trabalho na imprensa paranaense tanto no setor esportivo, quanto nos outros setores, e que sempre foi tido, pelos seus colegas de classe, como um exemplo a ser seguido.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Agradeço, nobre Deputado Luiz Alberto Oliveira, e entendo como confortador, este aparte de Vossa Excelência.

Concluo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, agradecendo o apoio que recebi dos meus companheiros de bancada, da Liderança do meu partido, e devo, para encerrar, dizer que, se ainda alguma dúvida resta quanto à afirmação feita pelo Deputado Lineu Turra, que, apenas se faça uma leitura mais cautelosa do pronunciamento de Sua Excelência. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa consulta a Liderança do MDB, se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fiori Luiz.

O SR. FIORI LUIZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê): Tem-se observado, e não poucas vezes, que ao invés de facilitar, tem-se a mania de complicar.

O Presidente da República até criou um Ministro Extraordinário para desburocratizar o País. Isto quer dizer, facilitar as coisas e não confundir as coisas evidentes, claras, justas, honestas e legais.

Quantas vezes tem-se criticado e ridicularizado a senhora burocracia?

Muitas vezes ela é forçada, coagida e empurrada por meros caprichos de mau gosto, com o intuito de prejudicar e até ferir os direitos legais e da própria justiça social.

Para exemplificar, podemos e devemos abordar o caso dos "Mártires da Educação", que são os professores, dos quais todos nós dependemos. Isto porque, tramita nesta Casa de Leis o projeto que cria um Quadro Especial para os profissionais da educação. Profissionais da Educação? Quadro Especial? Profissionais num quadro especial? Está cheirando mal! Será que o Governo está arrependido de ter criado o Estatuto do Magistério? Parece-me que sim, pois está tentando driblar mais uma

a sofrida classe. E esta Casa de Leis vai permitir mais um abuso, mais um ridículo como os do passado? O Governo alega que é de justiça social amparar os professores suplementaristas habilitados num quadro especial regido pelo Quadro Único do Poder Executivo. Pergunta-se: por que não no Quadro Próprio do Magistério? Nós, Deputados, vamos esperar que o Governo nos responda, como já tem feito nas Assembléias de Professores realizadas pelas duas entidades, A.P.P. e A.P.L.P., que desprendidamente lutam pela justiça e pelo cumprimento das leis? Ou será que o Governo está se especializando cada vez mais em burocratizar, para complicar e para cometer mais injustiças, ao querer dar uma imagem à opinião pública de justo, honesto e bonzinho, para cometer injustiças, distorcendo fatos, massacrando pessoas!

Vamos por a "boca no trombone", como já temos feito reiteradas vezes.

Inúmeras injustiças o projeto de lei que cria o Quadro Especial aos professores suplementaristas, traz em seu bojo. Chamaria a atenção dos Senhores Pares da Oposição e principalmente dos Companheiros da Situação, porque o momento é de suma importância e decisivo para milhares de professores do Paraná. Primeira grande injustiça: O Governo alega que o Quadro Próprio do Magistério é inconstitucional. Porém, pelo menos seriam enquadrados no seu Estatuto, e além do mais há precedentes: os estabilizados por perfazerem cinco anos de serviço até 1.967, estão estabilizados no Quadro Próprio do Magistério. E enquadrá-los no Quadro Especial é CONSTITUCIONAL? Isto não é brincadeira que se faça com os professores! É isto que nós, Deputados, vamos dar aos mestres neste mês que antecede ao mês do Professor? Lugar de professor é no Quadro Próprio do Magistério.

Segunda grande injustiça: Vem provar mais uma vez o arrependimento do Governo em criar o Estatuto do Magistério. Pois bem, o Governo de Jayme Canet, de triste memória, em julho do ano passado fez um concurso de ingresso aos professores de 1.^a à 4.^a séries, alegando que seria a única forma de ingressarem na carreira do magistério. Centenas desses professores, de habilitação superior, se submeteram àquele exame, fazendo o concurso. Agora, para serem beneficiados, e ainda no Quadro Especial, o Governo permite, mediante lei, que se exonerem. Brincadeira de mau gosto! Estes não são concursados? Onde está a inconstitucionalidade? Por que o Governo não paga os professores segundo a sua habilitação? E o pior é que o Governo deu, por lei, o pagamento pela habilitação, mas não a cumpre! Portanto, ele é um infrator da lei. A Lei n.º 5.692/71 do Governo Federal também determina que se pague o professor pela habilitação! Por que criar mais leis se o Estado nem cumpre aquelas que tem? Portanto, o Governo está descumprindo a lei federal e a sua própria lei. O que é inconstitucional? Cumprir a lei ou deixar de cumprí-la? O Governo quer que o professor continue financiando a educação, esta é que é a verdade.

Terceira grande injustiça: Se não é problema de inconstitucionalidade enquadrar os professores no seu quadro, o que resta? Será o problema financeiro? Não se pode aceitar tal argumentação, banal e descabida. Temos que valorizar o professor. Pagar bem! Pagar aquilo que é, pelo menos, de direito. Para tal ele deve ser colocado no seu quadro. Lá existem os níveis de vencimentos segundo a habilitação do professor, independentemente da área de atuação. Mas, pensando friamente, onde está a ampliação de aumento? 22 aulas semanais de um professor de licenciatura plena equivale, ao mês, Cr\$..... 7.190,00. O nível 4 do Estatuto do Magistério, para esse mesmo professor é de Cr\$ 7.190,00. Qual é a diferença? LUGAR DE PROFESSOR É NO ESTATUTO DO MAGISTÉRIO, criado por esta Casa de Leis!

Quarta grande injustiça: O Governo vai permitir que três mil e quinhentos professores de 1.^a à 4.^a séries peçam exoneração

para ir no Quadro Especial. Lá o que vai ganhar mais é Cr\$... 7.190,00. Automaticamente terá que nomear mais três mil e quinhentos professores para substituí-los, que irão receber apenas Cr\$ 3.754,00. Será que os dois vão ficar contentes? Garantimos que não. Mas, se o Governo deixasse atuando de 1.^a à 4.^a séries e mais a estabilidade, seria um pouco melhor. É só ver a soma das duas importâncias. Teríamos menos gente e mais satisfeita. Qual é o problema de não atender as reivindicações da APP e APLP? Será só teimosia por parte do Governo? Lugar de Professor é no Estatuto do Magistério.

Quinta grande injustiça: Baseado no argumento do Governo de que é inconstitucional a inclusão sem concurso no Quadro Próprio, pergunta-se: para os professores efetivos, detentores de um padrão que, portanto, já prestaram um concurso, também é inconstitucional conceder-lhes o 2.^o padrão no Quadro Próprio do Magistério? Estes, nem sequer poderão ir para o Quadro Especial, quando, na verdade, como professores efetivos, sempre tiveram prioridades em tudo sobre os suplementaristas e agora o Governo os marginaliza. E esta Casa, vai marginalizá-los também?

Sexta grande injustiça: Além de injustiça, o Governo comete uma enorme contradição: o suplementarista é colocado no Quadro Especial. Todos sabem que nos dias 23 e 24 deste mês os professores prestarão concurso. É evidente que muitos suplementaristas passarão no concurso. Portanto, os mesmos estarão no Quadro Especial e no Quadro Próprio do Magistério, pelo concurso.

Pergunta-se: por que o recíproco não é verdadeiro? Muitos efetivos passarão no concurso. Para estes tudo bem! E aqueles que não conseguirem o 2.^o padrão pelo concurso? Todos sabem que o número de vagas é pequeno e que o concurso é eliminatório. Como ficarão? E a prioridade que sempre tiveram, agora deixou de existir?

Tudo leva a crer que o caos no seio do Magistério vai aumentar. E será que esta Casa vai permitir a concretização desses fatos?

Nobres Pares, em nome dos professores, da justiça e da legalidade, atendamos o clamor da reivindicação da classe através das duas entidades, APP e APLP, que realmente representam as aspirações da classe. Não podemos alegar ignorância. Todos nós recebemos o livreto das duas entidades, intitulado: "O Magistério do Paraná, desde a Lei n.º 5.692, de 11 de agosto de 1.971, até agosto de 1.979".

A nossa omissão não será perdoada. A educação depende do entusiasmo dos mestres. E não direito, eles analisam, comentam, comparam e pedem mais justiça e apresentam a solução sem onerar os cofres públicos.

Tem o aparte o Deputado Aírton Cordeiro.

O Sr. Aírton Cordeiro — Ouço o pronunciamento de Vossa Excelência, fazendo uma análise da situação do magistério paranaense, e da Mensagem que tramita nesta Casa, e percebo que Vossa Excelência, apesar de apontar algumas injustiças que a seu ver, estão configuradas na Mensagem, deixa de reconhecer o ponto principal desta matéria, que é exatamente, a garantia da estabilidade, a mais de seis mil professores suplementaristas que hoje não têm vínculo nenhum com o Estado; seis mil professores suplementaristas que podem ficar sem nenhuma aula, hoje, e que não terão como reclamar seus direitos. Porque esses direitos não foram reconhecidos ainda em qualquer tribunal brasileiro.

o governo ao mandar a Mensagem que trata da efetivação do professor suplementarista, cuida, em primeiro lugar, de garantir o vínculo deste professor com o Estado. Vossa Excelência, indaga neste pronunciamento, se é inconstitucional, a efetivação, do Quadro Próprio do Magistério. E digo a Vossa Excelência tranquilamente que é, porque a própria regra estatutária estabelece que só podem ingressar no Quadro Próprio do Magistério, aquele que for concursado. Logo, o que não prestar o

concurso, não está habilitado a ingressar no Quadro Próprio do Magistério.

Entre a inconstitucionalidade e a possibilidade legal de efetivar o professor suplementarista, qual é a opção do Governo do Estado? É efetivar o professor suplementarista; é garantir trabalho a mais de sete mil professores, alguns deles, com mais de 10, 15 anos, de serviços prestados à administração pública estadual.

Vossa Excelência também faz uma abordagem, quanto à realização do próximo concurso, quando estarão sendo preenchidas três mil e quinhentas e dezesseis vagas, Perceba Vossa Excelência que, muitos dos professores a serem efetivados, poderão também adquirir o seu padrão pelo concurso e automaticamente terão dois padrões: aquele da efetivação do Quadro Especial e aquele obtido através da prestação de concurso público. E diga-se mais, Deputado Fiori Luiz, que o Governo do Estado, na regulamentação desse concurso, atribui peso sete, ao tempo de serviço, o que praticamente exclui a possibilidade de um contingente alheio ao quadro de professores do Paraná, suplementaristas ou não, a assumir, a preencher, a ocupar, estas vagas abertas, com este próximo concurso público. Então, observa-se que o Governo pretendeu ter realmente materializada a sua intenção de ajudar, de beneficiar. Mas devo aduzir ainda, Deputado, que os problemas do magistério paranaense, eles vêm de muitos anos, talvez há mais de dez anos, estes problemas enumerados por Vossa Excelência são sentidos por todos nós. Mas o que peço a Vossa Excelência é que atente para o espírito da Mensagem, que tramita presentemente nesta Casa. É uma Mensagem para dar estabilidade. É uma Mensagem que inclusive já recebe outra Mensagem aditiva do próprio Governo, alertado para algumas imperfeições. Então, apelo a Vossa Excelência que entenda este espírito e que nos ajude, a resolver todos os outros problemas, com o passar do tempo. Porque não tenha dúvida Vossa Excelência. Do Governo Ney Braga, a administração do Secretário Edson Machado, a administração pública do Estado hoje está, profundamente empenhada em primeiro lugar, com o aspecto social, de suas propostas, e no que toca aos professores, com a melhor atenção que se deve dispensar ao nosso magistério.

Muito obrigado.

O SR. FIORI LUIZ — Muito obrigado, Sr. Presidente, nobres Deputados. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 113/78 - que declara de utilidade pública a "Guarda Mirim de Goioerê", com sede e foro na cidade do mesmo nome. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 113/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a GUARDA MIRIM DE GOIOERÊ, com sede e foro na Cidade de Goioerê.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua pu-

blicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 29 de agosto de 1.979.

(aa) EZEQUIAS LOSSO, Presidente;

AUGUSTO CARNEIRO, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 149/78 - que declara de utilidade pública a "APMI — Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Goioerê", com sede e foro na Cidade de Goioerê. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 149/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE GOIOERÊ — APMI", com sede e foro na Cidade de Goioerê.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 29 de agosto de 1.979.

(aa) EZEQUIAS LOSSO, Presidente;

AUGUSTO CARNEIRO, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 56/79 - que declara de utilidade pública a "Obra do Berço de Mandaguáçu", com sede e foro no Município de Mandaguáçu. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 56/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a "OBRA DO BÉRÇO DE MANDAGUAÇU", com sede e foro na Cidade de Mandaguáçu.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 29 de agosto de 1.979.

(aa) EZEQUIAS LOSSO, Presidente;

AUGUSTO CARNEIRO, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 64/79 - que declara de utilidade pública a "Sociedade Paranaense de Ciências Neurológicas", com sede e foro nesta Capital. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 64/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a "SOCIEDADE PARANAENSE DE CIÊNCIAS NEUROLÓGICAS", com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29 de agosto de 1.979.

(aa) EZEQUIAS LOSSO, Presidente;

AUGUSTO CARNEIRO, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 72/79 - que dispõe sobre férias não gozadas e já prescritas, e dá outras providências. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 72/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Os funcionários que não houverem gozado férias já atingidas pela prescrição de 2 (dois) anos, terão o

reito de contá-las em dobro e para todos os efeitos legais, desde que a requeiram no prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados da data da publicação desta lei.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 29 de agosto de 1.979.

(aa) EZEQUIAS LOSSO, Presidente;

AUGUSTO CARNEIRO, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 77/79 - que declara de utilidade pública a "Associação Maringaense de Odontologia", com sede e foro na Cidade de Maringá.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 77/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO MARINGAENSE DE ODONTOLOGIA", com sede e foro na Cidade de Maringá.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 29 de agosto de 1.979.

(aa) EZEQUIAS LOSSO, Presidente;

AUGUSTO CARNEIRO, Relator.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 130/77 - de autoria do Deputado GABRIEL MANOEL, que denomina "JAYME CANET", a rodovia estadual que liga a Rodovia "Parigot de Souza"-Joaquim Távora - Carlópolis e Passo dos Leites, na divisa com o Estado de São Paulo. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por maioria.— **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 35/79 - de autoria do Deputado WERNER WANDERER, que declara de utilidade pública o "Serviço de Obras Sociais - S.O.S.", com sede na Cidade de Marechal Cândido Rondon. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 81/79 - de autoria do Deputado GABRIEL MANOEL, que declara de utilidade

pública a "Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Santa Mariana", com sede e foro na Cidade de Santa Mariana. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 89/79 - de autoria do Deputado EZEQUIAS LOSSO, que declara de utilidade pública a "Casa de Recuperação Nova Vida-Crenvi", com sede e foro nesta Capital. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 72/79 - de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mensagem Governamental n.º 69/79), que aprova convênios celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Saúde e do Bem Estar Social e os municípios aqui especificados, objetivando a distribuição gratuita de produtos farmacêuticos da linha básica de Saúde Pública. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Pela ordem. Sr. Presidente, peço verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa defere. Será procedida a verificação de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o Projeto de Resolução n.º 72/79, queiram levantar-se. (Pausa).

Os Srs. Deputados que o rejeitam, queiram levantar-se. (Pausa).

16 Srs. Deputados o aprovam; Nenhum Sr. Deputado o rejeita.

Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 11, terça-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 72/79.

3a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 73 e 74/79.

2a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 90, 93 e 99/79.

1a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 158/77, 203 e 38/78.

Levanta-se a sessão.

FUNDO ESTADUAL DE PREVIDÊNCIA DO PARLAMENTAR - FÉPPA
BALANCE
MÊS DE AGOSTO DE 1.979

DÉBITO	CRÉDITO
Banco do Estado do Paraná S/A.	
Agência Centro Cívico	17.129,95
Banco do Estado do Paraná S/A.	
Conta Poupança	378,95
Banco do Estado do Paraná S/A.	
Prazo Fixo	20.000.000,00
Empréstimos Concedidos	10.693.608,39
Móveis e Utensílios	30.711.117,29
Material de Consumo	30.100,00
Serviços de Terceiros	2.885,90
Seguros	402,50
Pensionistas	153.208,53
	3.419.234,00
	3.575.730,93
	SOMA.....34.316.948,22
	Renda de Contribuições
	3.391.321,33
	Rendas Diversas
	2.136.350,48
	5.527.671,81
	Patrimônio Líquido
	28.789.276,41
	SOMA.....34.316.948,22

Reconhecemos a exatidão do presente balancete somando a importância de "Trinta e quatro milhões, trezentos e dezesseis mil, novecentos e quarenta e oito cruzeiros e vinte e dois centavos".

ARY DOS SANTOS
Contador CRC
47 -- Pr.

ANTÔNIO FACCI
Resoureiro

JORGE SATO
Presidente